

## **Engenhos e Famílias da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga e Iguaçú, Rio de Janeiro, Século XVIII.**

ANA PAULA SOUZA RODRIGUES<sup>1</sup>

Neste trabalho irei identificar os engenhos e as famílias senhoriais, entenda-se detentoras desses engenhos, de duas freguesias rurais, ao longo do século XVIII, mais especificamente para os anos de 1730, 1779 e 1797. Trata-se das freguesias de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçú e Santo Antônio de Jacutinga, situadas a o fundo do Recôncavo da Guanabara, Rio de Janeiro. Em nossa pesquisa, calcamo-nos na família porque, desde o século XVI, ela é o grande fator colonizador do Brasil, “a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política (...)” (FREYRE, 1980: 18-19). Não abordamos a família nuclear do sentido moderno, mas uma instituição ampla que incluía filhos, agregados, escravos, etc.

Ao tratar especificamente da história dos engenhos e de seus proprietários no Rio de Janeiro, durante os séculos XVII e XVIII, Maurício de Abreu denominou sua pesquisa de “quebra-cabeça”, quer pela falta de fontes ou pela complexidade que envolve a aquisição, compra e venda destes engenhos nesses períodos. Trabalhar com a história de famílias em freguesias rurais, durante o século XVIII, no Rio de Janeiro, é uma tarefa árdua devido à carência de fontes. Não dispomos de uma série sequencial de listas nominativas, rol de desobriga ou procurações. A única visita pastoral do século XVIII, foi datada em 1795, já no final do nosso período, e, além disso, os registros paroquiais não apresentam uma série contínua, que contemple sequencialmente todo o século XVIII. Portanto, faremos uso de “diversas” fontes para analisarmos as famílias senhoriais do século XVIII, tais como: registros paroquiais, mapa populacional de 1797, visita pastoral, breves apostólicos, inventários *post-mortem* e relatório governamental.

O panorama econômico dos primeiros anos do século XVIII não foi favorável ao setor açucareiro no Rio de Janeiro, em comparação aos finais do XVII, houve um “*recuo na agromanufatura açucareira fluminense*” (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001: 73-74); deste modo, esta área perde importância no contexto colonial como área de produção de açúcar. Foi

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História. Bolsista da FAPERJ.

o setor mercantil quem despontou como vetor crucial para o para o crescimento dos rendimentos fluminenses, principalmente a partir da terceira década dos setecentos. Ou seja, no início do século XVIII não era tanto do açúcar que vinham os principais proventos dos cariocas, mas da participação no comércio, da produção de aguardente e alimentos.<sup>2</sup>

Foi devido a descobertas auríferas que o Rio de Janeiro ascendeu no cenário comercial a partir de 1730, beneficiando-se da venda de escravos e alimentos para Minas Gerais. Este mesmo período marca o início da transformação da praça do Rio de Janeiro no centro comercial da América portuguesa. No decênio de 1740, o setor açucareiro volta a se expandir, principalmente na região norte da capitania, o que foi importante para o crescente desempenho da capitania fluminense (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001: 74-76). Antonio Carlos Jucá observa a importância da produção de alimentos, que mais do que o açúcar, comandava o sistema agrário do Rio de Janeiro (SAMPAIO, 2003: 117).

De fato, ao analisarmos os engenhos e as famílias senhoriais estabelecidas no território do Recôncavo da Guanabara, observamos as transformações econômicas ocorridas na capitania fluminense e suas consequências no sistema agromanufatureiro de suas freguesias rurais. Por exemplo, no quadro seguinte (quadro 1), sistematizamos os engenhos e seus respectivos proprietários identificados ao longo dos setecentos em Jacutinga e Iguaçú.

Dos 9 engenhos estabelecidos em Jacutinga, 2 (Maxambomba e Cachoeira) foram construídos em finais do século XVII, período de crescimento do setor açucareiro, e permaneceram em funcionamento nos setecentos. No início do século XVIII (antes de 1730, período de retração) 3 engenhos foram estabelecidos na freguesia, o da Posse, o do Brejo e o de Sarapuú. Deste modo, podemos denominar estes 5 engenhos de antigos. A partir da segunda metade do século XVIII (retorno da expansão do açúcar) é estabelecido o maior número de engenhos: 2 em Iguaçú e 4 em Jacutinga (Madureira, Calundú, Santo Antonio, São José do Rato, Tinguá e do Azevedo). Denominados estes 6 estabelecimentos de engenhos novos.

Também observamos no quadro 1 que a freguesia de Jacutinga possuiu um maior número de engenhos e famílias senhoriais do que Iguaçú, pois esta estaria voltada mais para a produção de alimentos, telhas e tijolos, devido às próprias condições dos seus terrenos alagadiços.

---

<sup>2</sup> Para mais detalhes ver: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, capítulo 2.

**Quadro 16**

**Engenhos e famílias senhoriais em Jacutinga e Iguacu nos anos de 1730, 1779 e 1795.**

Ano	1730 <sup>a</sup>	1779 <sup>b</sup>	1795 <sup>c</sup>	
Engenho	Senhor de Engenho	Senhor de Engenho	Senhor de Engenho	
Jacutinga	<b>Maxambomba</b> (1)	Dr. Manoel Correia Vasques	Sargento Mor Martinho Correia de Sá	Padre Jose Vasques de Souza
	<b>Cachoeira</b> (1)	Dr. Manoel Correia Vasques	Capitão Manoel Correia Vasques	Padre Jose Vasques de Souza e seu irmão Manoel Correia Vasques
	<b>Posse</b> (1)	João de Veras Ferreira	Herdeiros do Cap. Francisco de Veras Nascentes	Capitão Bento Luiz Oliveira Braga
	<b>Brejo</b> (1)	Cristóvão Mendes Leitão	Capitão Apolinário Maciel e seu irmão Reverendo Padre Antonio Maciel	Reverendo Antonio Maciel da Costa e seu sócio F.
	<b>N. S. da Conceição de Sarapuí</b> (1)	Inácio Gomes	Herdeiros de Inácio Gomes	Capitão João Soares de Bulhões
	<b>Madureira</b> (2)	-	Manoel Luis de Oliveira	Dona Luisa Ana de Oliveira*
	<b>Santo Antônio</b> (2)	S/I	Mestre de Campo Inácio de Andrade SoutoMaior Rondon	Mestre de Campo Inácio de Andrade SoutoMaior Rondon
	<b>Calundú</b> (2)	-	Tenente Antonio Garcia do Amaral	Tenente Antonio Garcia do Amaral
	<b>São José do Rato</b> (2)	-	-	Capitão Antônio de Pina (Recém Construído)
Iguacu	<b>Engenho do Tinguá</b> (2)	-	-	Dona Ana Maria de Jesus
	<b>Engenho do Tinguá ou do Azevedo</b> (2)	-	-	Bento Antonio Moreira (Recém Construído)

\* Viúva de Domingos Jacinto Rosa. <sup>a</sup> – Informações de Breves Apostólicos e Registros de Batismo indicados na bibliografia; <sup>b</sup> - Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 327-328; <sup>c</sup> - ARAÚJO, José de Souza A. Pizarro. (1753-1830). *Visitas pastorais na*

*Baixada Fluminense feitas pelo Monsenhor Pizarro no ano de 1794. Mandada imprimir pela prefeitura da Cidade de Nilópolis através da secretaria municipal de cultura. Nilópolis: Shaovan, 2000, p. 40-41.*

**(1) Engenho antigo; (2) Engenho novo.**

Mas o que era o engenho? O que significa ser senhor de engenho, terras e escravos em uma sociedade hierarquizada e com traços de Antigo Regime?

Uma das definições de engenho foi descrita nos catálogos de Frans Post, na primeira metade do século XVII. De acordo com Mariza de Carvalho Soares, nas obras de Frans Post engenho é usado genericamente para se referir tanto às ‘oficinas’ ou ‘fábricas’, quanto ao processo de moagem da cana e suas plantações, ou seja, ao conjunto da propriedade onde se produz o açúcar (SOARES, 2009: 63-64). No vocabulário português e latino, escrito em 1728 por Bluteau, dentre os diversos significados dados para o vocábulo engenho, destacamos: “máquina com engenhoso artifício”. Assinala o engenho de fazer açúcar, como uma das diversas máquinas inventadas engenhosamente pelo homem (BLUTEAU, 1728: 117-119). Jean Baptiste Debret, na primeira metade do século XIX, definiu engenho como: “uma propriedade em que os processos mecânicos e químicos secundam a exploração. Nesta categoria se compreendem as serrarias, as moendas, as máquinas de beneficiar arroz, e café e os alambiques de aguardente de cana (cachaça)” (DEBRET, 1972: 163-164). Além disso, chama atenção para o grande tamanho dessas propriedades (com nove a 12 léguas de extensão), as quais possuem um administrador, vários feitores e um mecânico sempre europeu (DEBRET, 1972: 163-164).

E o que significava ser senhor de engenho naquela sociedade? Em tempos medievais o trabalho era o destino dos não nobres; na Idade Moderna, o ofício mecânico fora encarado de forma pejorativa. Certamente, em todo o período colonial os senhores de engenho expressaram uma imagem de fortuna e poder, alguns deles se mantendo no topo da hierarquia social, administrando grandes extensões de terras e dependentes (SCHWARTZ, 1988: 224). Muitos portugueses sentiram-se atraídos a migrar para colônia, justamente pelo fascínio de viver *nobrememente*, desfrutando de valores aristocráticos como o ócio e a ostentação, sem ter a necessidade de exercer ofícios mecânicos. Contudo, pelo menos para o Rio de Janeiro durante o século XVII, não havia uma nítida separação entre senhores de engenho e comerciantes; tal como afirmamos inicialmente, as primeiras famílias dos seiscentos montaram suas fortunas participando do comércio (seja no apresamento indígena, no tráfico de escravos, na venda do açúcar e da aguardente produzida por seus engenhos). Mesmo assim, ser senhor de engenho



significava deter o poder econômico, político e social de sua localidade. Mas, muito provavelmente, pesava mais ser senhor de uma casa do que de um simples engenho.

Durante o século XVIII, algumas famílias descendentes da primeira elite senhorial, pertencentes à nobreza da terra enfrentaram conjunturas econômicas difíceis, perdendo parte de sua opulência econômica de outrora, e, ao mesmo tempo, na capitania fluminense. Houve a consolidação do grupo mercantil, *homens de grosso trato*, os quais detinham recursos advindos do comércio. Assim, nos setecentos os senhores de engenho tiveram de compartilhar o mando político e tecer alianças com o grupo mercantil fluminense. Já no século XIX, ocorre à volta do ideal aristocratizante, o ócio; de acordo com Roberto Guedes, talvez por causa da transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808.<sup>3</sup> Desta maneira, ser senhor de engenho no início do século XIX significa viver nobremente. Mas no século XVII o que conferia nobreza da terra era, fundamentalmente, a conquista e o pertencer às melhores famílias (FRAGOSO, 2007: 33-19).

Considerando estas afirmativas, apreendemos que os senhores de engenhos possuíam um *ethos* senhorial reconhecido por essa sociedade hierarquizada com traços de Antigo Regime. Porém, nesta pesquisa, mais do que tratar especificamente dos senhores de engenho, faremos o uso do conceito de família senhorial (senhoras de engenhos e escravos).<sup>4</sup> Desta maneira, abordar as famílias senhoriais significa falar em famílias que ocupavam o ápice da hierarquia social e detinham o reconhecimento de sua distinção e nobreza por parte de grupos chamados subalternos.

Voltando aos dados apresentados no quadro 1, observamos que geralmente as fazendas de açúcar pertenciam a homens e mulheres que detinham algum título ou ocupação; seja na carreira eclesiástica, enquanto categoria social (dona) ou militar, inclusive mestre de campo, o que significa dizer que a elite local se diferenciava pelos cargos militares, eclesiásticos, além

---

<sup>3</sup> Para mais detalhes ver: GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008, p.70-84; GUEDES, Roberto; SOARES, Márcio de Sousa. *Tensões, comportamentos e Hábitos de Consumo na Sociedade Senhorial da América Portuguesa*. Artigo a ser publicado. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p.43.

<sup>4</sup> Conceito utilizado por Fragoso. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 31-71.

da produção de açúcar e aguardente. Apesar das obrigações que eram exigidas ao corpo de oficiais das forças militares (treinos, participação em guerras, revoltas, ataque à quilombos, etc.), essa posição militar também gerava privilégios, como permissão para o porte de armas, poder de mando sobre subalternos, como soldados e cadetes, proteção para encargos administrativos, e, em alguns cargos, eram concedidos foro de nobreza, etc. (COSTA, 2007: versão online; LEONZO, 1992: 323-328). Assim, o oficialato das instituições militares era composto, sobretudo, pelos ‘principais da terra’, neste caso, os senhores de engenho das freguesias rurais. Nestas funções eles detiveram o poder policial, fiscal, de coerção e intimidação sobre a população local, valendo-se, principalmente, do temor causado pelo recrutamento militar obrigatório, que no período colonial ocorria de forma violenta (MONTEIRO, 1998: 273-274). A hierarquia militar, aliás, devia hierarquizar os senhores de engenho entre si.<sup>5</sup>

Aferimos que possuir um engenho neste período era fazer parte da nobreza. Para demonstrarmos a dimensão desta hipótese nos baseamos na comparação do número de fogos (domicílios) e engenhos. No relatório prestado ao Marquês de Lavradio, em 1779, foram declarados 253 fogos em Jacutinga, deste modo, os engenhos que totalizavam 8, representavam aproximadamente 3,1% do total de domicílios. Em 1797, no mapa descritivo do distrito de Guaratiba, havia 294 fogos em Jacutinga, contando com seus 9 engenhos que representavam os mesmos cerca de 3,1%. Em Iguazu, para o mesmo ano de 1797, era ainda mais difícil possuir um estabelecimento açucareiro, pois no total foram 272 domicílios, incluindo apenas 2 engenhos, que não representam nem 1% do total das residências.

Para aprofundarmos a análise sobre a importância não só econômica, mas também social dos engenhos de freguesias rurais, vejamos com mais cuidado as informações contidas no mapa de 1797. É importante ressaltarmos que neste documento nem todos os estabelecimentos que produziram açúcar foram classificados como engenhos, podiam ser descritos, no item residência, como chácara, roça ou estância, ou apenas mencionados o local.<sup>6</sup> Por outro lado, nas

<sup>5</sup> Ver GUEDES. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social...*, 2008, op. cit., cap. 1.

<sup>6</sup> Debret define chácara enquanto “[...] simples propriedade de recreio onde se cultivam frutas, legumes e flores e necessariamente alguns pés de café”; “[...] a roça, cujo diminutivo é sítio, é uma propriedade rural mais inculta do que a chácara, destinada à cultura do café, da laranja, da cana de açúcar, etc., cujo produto constitui a base da fortuna do proprietário que aí mantém de seis a doze escravos”; estância “[...] é um vasto domínio entrecortado de florestas e campos destina-se à criação de cavalos, mulas, gado, carneiro, etc.”. DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, Universidade de São Paulo, 1972. Tomo I, vol. 2, p.163-165.

listas nominativas nem sempre os domicílios não açucareiros deixaram de ser classificadas como engenho, mas nestes casos eram agregados aos engenhos. Em 138 unidades descritas como ou localizadas em engenhos, 75 (54%) não produziam açúcar, ou seja, os engenhos agregavam dependentes. Destes 75 chefes de família, 37 pagavam foro, que, acrescidos de 8 produtores de açúcar, totalizam 45 pagantes de foro aos donos de engenhos, mais da metade dos 75. Estes números reforçam a constatação de que em freguesias rurais uma significativa parte da população residia em terras pertencentes às famílias senhoriais, ou seja, em torno dos engenhos.

A população total das listas de 1797 contempla chefes de família, filhos, escravos, e agregados e seus filhos e escravos, que somam 5.034 habitantes, em sua grande maioria escravos, majoritariamente concentrados nos engenhos, como vimos. Os agregados, seus filhos, cônjuges e escravos totalizam 299 moradores, apenas 6% do total. Poucos, no conjunto da população, mas 81 (27%) nos engenhos, o que não é pouco, considerando que os engenhos eram 138 (25%) dos 542 estabelecimentos. Os escravos, porém, estavam majoritariamente concentrados entre os produtores de cana.<sup>7</sup>

#### Quadro 2- População das Freguesias de Jacutinga e Iguaçu (1797)

Tipo de Morador	#	%
Chefe de família	<b>542</b>	10,8
Cônjuge do Chefe	339	6,7
Filhos do Chefe	959	19,1
Escravos do Chefe	2895	57,5
Agregado do Chefe	39	0,8
Cônjuge do Agregado	39	0,8
Filhos do agregado	73	1,5
Escravos do agregado	31	0,6
Agregados solteiros	117	2,3
<b>Total</b>	<b>5.034</b>	<b>100,0</b>

Fonte: AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 163, Doc. 12203. [sem numeração]

Pelo exposto, neste estudo utilizaremos uma definição mais ampla de engenho, a qual abrange tanto o local da moenda quanto toda a propriedade (local do fabrico do açúcar, casas de morada, senzalas, carpintarias, cocheira, etc.). Além disto, não consideramos o engenho apenas como uma unidade econômica, mas também um local onde são tecidas relações sociais

<sup>7</sup> AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 163, Doc. 12203. [sem numeração]

que expressam o poder social, econômico e político dos senhores de engenho, em especial das famílias aqui contempladas (FRAGOSO, 2010: 254-255).

Por fim, para examinarmos a opulência dos engenhos aqui identificados faremos uso do número de escravos, da produção de açúcar e de aguardente como elementos que expressaram a riqueza destas unidades produtivas; informações referentes aos anos de 1779 e 1797.

Quadro 3 – Produção de açúcar, aguardente e número de escravos nos engenhos de Jacutinga e Iguaçú (1779/1797)

Engenho		1779						1797						
		Nº de Escravos	% de Escravos	Nº de caixas de açúcar	% de caixas de açúcar	Nº de Pipas de Aguardente	% de Pipas de Aguardente	Nº de Escravos	% de Escravos	Arrobas de açúcar	% de arrobas de açúcar	Nº de Pipas de Aguardente	% de Pipas de Aguardente	
Jacutinga	Maxambomba <sup>a</sup>	12	4,6	15	9,3	4	5,2	54	10,7	500	7,4	15	6,7	
	Cachoeira <sup>a</sup>	80	30,0	60	36,8	30	38,5	51	10,1	600	8,8	16	7,2	
	Posse <sup>b</sup>	25	9,4	20	12,3	5	6,4	108	21,6	1723	25,2	45	20,1	
	Brejo <sup>b</sup>	35	13,2	25	15,3	8	10,2	25	5,0	1000	14,6	23	10,3	
	N. S. da Conceição de Sarapuí <sup>b</sup>	14	5,2	3	1,8	1	1,2	62	12,4	1000	14,6	30	13,4	
	Madureira <sup>c</sup>	70	26,3	40	24,5	30	38,5	63	12,6	1010	14,8	25	11,2	
	Santo Antônio <sup>a</sup>	30	11,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Calundi <sup>c</sup>	-	-	-	-	-	-	43	8,6	300	4,4	40	17,8	
	São José do Rato <sup>c</sup>	-	-	-	-	-	-	32	6,4	-	-	6	2,6	
Iguaçú	Engenho do Tingá <sup>c</sup>	-	-	-	-	-	-	37	7,4	300	4,4	6	2,6	
	Engenho do Tingá ou do	-	-	-	-	-	-	26	5,2	400	5,8	18	8,0	



Por meio da análise deste quadro verificamos que, em 1779, os três engenhos que obtiveram o maior número de escravos, a maior produção de açúcar e aguardente foram, respectivamente, Cachoeira, Madureira e Brejo. O engenho da Cachoeira foi estabelecido no final do século XVII, pela proeminente família Correia Vasques, unidade que sobreviveu às intempéries do tempo e possuiu importância por quase 100 anos. O engenho do Madureira neste primeiro período foi administrado por um negociante da praça do Rio de Janeiro (Manoel Luis de Oliveira), é provável que os rendimentos comerciais tenham lhe permitido injetar investimentos em seu engenho o que resultou na segunda maior produção entre as freguesias. O engenho do Brejo foi o resultado do desmembramento de um engenho estabelecido nos seiscentos, seus descendentes permaneceram na localidade com *honra* e distinção, os Maciel da Costa.

Em 1797 ocorreram mudanças, os engenhos da Posse e de Sarapuí predominaram alcançando o maior número de cativos e produzindo o açúcar e a aguardente, talvez, pela nova administração que estes engenhos receberam, famílias da senhoriais que se uniram via matrimônio. O engenho da Cachoeira neste período não demonstrou a mesma grandeza de antes, ao contrário de Madureira, que administrado por uma viúva, continua a ocupar importante colocação no quadro.

Na freguesia de Iguacu, os dois engenhos tiveram pouca expressão na área da produção açucareira. Ao visitar a freguesia em 1813, o Padre Jose Luis de Freitas salientava: *Tirados os quatro ou cinco Engenhos, o mais forte Estabelecimento da Freguesia são Olarias, as Culturas de Mandiocas, Arroz, Aguardentes, cafés, madeiras, de que exportam muito para a cidade*

em *continuados Barcos, Gamboas, Canoas*.<sup>8</sup> Assim, além da participação no setor da *plantation*, essas freguesias rurais foram exímias produtoras de alimentos. Alimentos como mandioca, farinha de mandioca, milho, feijão, charque e carne de porco eram produzidos pela própria colônia.<sup>9</sup> Logo, tais freguesias estavam inseridas dentro do circuito comercial de abastecimento, tanto para Minas Gerais quanto para a cidade do Rio de Janeiro; participação esta que contribui para a reprodução do setor agroexportador.<sup>10</sup> Essa participação, no século XVIII, se dava principalmente por meio da produção de gêneros alimentícios como feijão, milho, arroz, mandioca, arroz e café. No início do século XIX, John Luccock afirmou parte das fazendas fluminenses eram desmatadas para o cultivo de “café, cana, arroz, mandioca ou milho, segundo a qualidade do solo e a tendência dominante na região. A mandioca é geralmente transformada em farinha no próprio local; o arroz, café e milho, preparados para o mercado” (LUCCOCK, 1975:196).

Deste modo, constatamos que os engenhos e seus respectivos administradores descritos no relatório ao Marquês do Lavradio de 1779 e na lista nominativa de 1797, podem ser classificados em novos e antigos. As famílias senhoriais dos engenhos antigos adotaram estratégias que permitiram a preservação da *casa* por mais de cem anos, superando obstáculos como a morte do *paterfamilias*, a partilha igualitária e a esterilidade. Já os engenhos novos tiveram sua montagem financiada pelo comércio ou mercês (como ganho de sesmarias).

## BIBLIOGRAFIA

- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.
- COSTA, Ana Paula Pereira. Organização militar, poder local e autoridades nas conquistas: considerações acerca da atuação dos corpos de ordenanças no contexto do Império Português. *Revista Tema Livre*. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com/>
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, Universidade de São Paulo, 1972. Tomo I, vol. 2.

---

<sup>8</sup> ACMRJ. Visitas Pastorais. Ano 1813. Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu. Notação: VP 15. [sem numeração].

<sup>9</sup> Para o autor a plantagem, entre outros mercados da Colônia, se nutria da farinha de mandioca proveniente de regiões do interior do RJ, do sudeste da Bahia e de Santa Catarina; do charque do Rio Grande do Sul; dos muares de São Paulo; dos porcos e reses de Minas Gerais. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998, p. 100 -105.

<sup>10</sup> Aqui nos baseamos no conceito de *acumulação endógena e mercado interno* elaborado por João Fragoso. Além disto, o autor afirma que: as grandes fazendas brasileiras se alimentavam de produções do próprio espaço colonial. FRAGOSO. *Homens de grossa aventura...*, 1998, op. cit., p. 26-27; 109.

- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_, João Luís Ribeiro. “Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600- 1750)”. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; \_\_\_\_\_, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (org.). *Conquistadores e negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- \_\_\_\_\_, João. *Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor de engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760)*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *Na trama das redes. Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 20ª. ed. Rio de Janeiro/ Brasília: Livraria José Olympio Editora/ INL-MEC, 1980.
- GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008.
- GUEDES, Roberto; SOARES, Márcio de Sousa. *Tensões, comportamentos e Hábitos de Consumo na Sociedade Senhorial da América Portuguesa*. Artigo a ser publicado.
- LEONZO, Nanci. *As Instituições*. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza *O Império Luso-Brasileiro 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1992. v. VIII.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Os concelhos e as comunidades*. In: HESPANHA, António M. (Org). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Vol. 4, p. 273-274.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sócias e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 224.
- SOARES, Mariza de Carvalho. Engenho sim, de açúcar não. O engenho de farinha de Frans Post. *Varia História*, Belo Horizonte, v.25, n. 41, jan/jun 2009.

